



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

REGIANE GARCIA QUESADA

**INDISCIPLINA: CRISE DA AUTORIDADE  
DOCENTE?**

---

Londrina  
2009

REGIANE GARCIA QUESADA

# **INDISCIPLINA: CRISE DA AUTORIDADE DOCENTE?**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Pedagogia, da Universidade Estadual de  
Londrina.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Adriana Cristina Dias  
Locatelli

Londrina  
2009

REGIANE GARCIA QUESADA

**INDISCIPLINA: CRISE DA AUTORIDADE DOCENTE?**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Pedagogia, da Universidade Estadual de  
Londrina.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Adriana Cristina Dias Locatelli  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Luciane Batistella Guimarães Bianchini  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Sueli Édi Rufini Guimarães  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 13 de novembro de 2009.

*A todos, que me motivaram na  
realização deste trabalho.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus

Pela minha vida, e por tudo o que conquistei, além de toda sabedoria, perseverança, confiança, indispensáveis para a elaboração deste trabalho.

Aos meus pais Suely e Osmair

Pelo apoio fundamental, pois sem eles não chegaria onde estou hoje. Obrigada, por serem pais tão maravilhosos.

Ao meu irmão Murilo

Pelo apoio sempre que necessário, e ajuda nas dificuldades com algumas coisinhas tecnológicas.

Ao Vinícius, meu noivo

Pela paciência, apoio e respeito aos momentos difíceis durante a realização deste trabalho.

A minha amiga Marcela

Pela amizade verdadeira, confiança, e ombro amigo sempre que precisei.

As bibliotecárias Vera e Rita

Pela ajuda em conseguir literaturas de Piaget, tão difíceis de encontrar.

A minha maravilhosa orientadora Adriana Locatelli

Pelo apoio, paciência e confiança em mim, indispensáveis. Obrigada por tudo! Principalmente pela ajuda psicológica.

A minha primeira orientadora Fernanda Bason

Pelo ajuda para iniciar este trabalho e pelas dicas de literatura, algo que foi fundamental.

A minhas professoras do curso de Pedagogia

Pelos ensinamentos que contribuíram para minha formação acadêmica.

*A presença do professor em sala de aula é de tal maneira exemplar que nenhum professor escapa ao juízo que dele fazem seus alunos. O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, irresponsável, o professor amoroso (...) o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum desses passa pelos alunos sem deixar sua marca.*

*(Paulo Freire)*

QUESADA, Regiane Garcia. **Indisciplina: crise da autoridade docente?** 2009. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

## RESUMO

Partindo das indicações da literatura especializada sobre indisciplina, objetivou-se neste trabalho entender como a indisciplina é percebida pelos professores, e também qual a relação com a crise da autoridade docente. Como problematização, perguntamo-nos se a crise da autoridade do professor interfere na indisciplina dos alunos. A modalidade de pesquisa escolhida foi a qualitativa, com questões descritivas. Participaram do estudo seis professoras do ensino fundamental, todas atuam na mesma escola. As professoras responderam a seis indagações referentes à crise da autoridade docente, a indisciplina, e como lidam em determinadas situações de sala de aula. A análise dos dados apontou alguns rótulos que permanecem ainda na educação, como por exemplo, “a falta de limites”, “desrespeito às regras”, entre outros, e que estas e outras ações dos professores determinam algumas atitudes dos alunos. Assim, o professor deve considerar que seus alunos são distintos e apresentam comportamentos e características de aprendizagem também distintas. Uma boa relação entre professor e aluno mostra-se fundamental para que se estabeleça a disciplina em sala de aula. Os resultados do presente estudo ressaltam ainda a necessidade do professor repensar algumas de suas afirmações, superando essa visão reducionista decorrente de todos esses rótulos. Apontaram ainda que o comportamento do professor tem uma relação direta com o do aluno, e se estes organizam inadequadamente seu trabalho pedagógico, isto pode vir a provocar indisciplina ou outras alterações de comportamento, refletindo no desempenho escolar.

**Palavras-chave:** Crise da autoridade docente. Indisciplina. Relação professor e aluno. Respeito mútuo. Autoridade versus autoritarismo.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 CARACTERIZANDO A INDISCIPLINA E A DISCIPLINA.....	12
2 AUTORIDADE DOCENTE: CRISE, CONFLITOS?.....	22
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	33
3.1 Percurso da pesquisa.....	33
3.2 Caracterização dos professores.....	34
3.3 Análise de dados propriamente dita.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE.....	48
Apêndice A – Roteiro da entrevista com os professores.....	49



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de investigar como a crise da autoridade docente, que facilmente podemos perceber no contexto das escolas, interfere na indisciplina dos alunos. A indisciplina hoje se mostra um dos maiores obstáculos do cotidiano escolar. Nesse sentido, surgiu o interesse pela pesquisa, com o objetivo de compreender melhor essa questão tão complexa, que é a indisciplina. Com o decorrer do trabalho percebe-se a crise da autoridade do docente em sala de aula, o que me levou a fixar a atenção nessa questão.

Deste modo, abordarei algumas visões de autores que discutem sobre o tema, tais como De La Taille, Lajonquiére, Araújo, entre outros, mas um em especial, Aquino, que propõe várias discussões interessantes.

A escolha pela perspectiva piagetiana não exclui a compreensão de que existem outras correntes teóricas tais como a socio-interacionista de Vygotsky, por exemplo, além de outros filósofos, sociólogos e pedagogos que buscam compreender e administrar essa questão tão complexa na visão de muitos professores.

O tema em discussão pode ser considerado amplo porque existem várias definições acerca da questão, o que tem gerado muitas possibilidades de pesquisas, evidenciando um grande campo a ser explorado.

A finalidade da pesquisa não é chegar a uma resposta concreta, mas sim permitir uma maior compreensão sobre o tema. O objetivo é entender como a indisciplina é percebida pelos professores, e também qual a relação com a crise da autoridade docente, o que confirma a relevância social desse tema.

A indisciplina é um fenômeno que não acontece somente aqui no Brasil, mas também em países desenvolvidos como, por exemplo, nos Estados Unidos da América. Isto significa que esse fenômeno não é determinado apenas pela questão econômica. Também não cabe dizer que a indisciplina escolar acontece somente em instituições públicas, ao contrário, na rede particular apresenta-se com muita intensidade. (AQUINO, 2003.).

Antigamente a luta da educação brasileira era para o acesso de todos a escolarização e hoje é para a permanência do aluno na escola, e isso é um fato que precisa ser considerado quando pensamos a indisciplina, pois atualmente estão

na escola a maioria da população, o que resultou numa heterogeneidade, gerando, muitas vezes, conflitos, pois são diferentes personalidades convivendo em um único lugar. – a sala de aula. Diante dessa questão, a democratização da escola, Oliveira (2005) enfatiza que a partir desse movimento os profissionais da educação precisam repensar a realidade do cotidiano escolar, e até mesmo a indisciplina, pois necessita atentar-se para a diversidade agora existente.

Uma grande parte dos professores ainda possuem o pensamento que todos os alunos devem aprender ao mesmo tempo, a mesma coisa e aprender tudo, e na realidade o que acontece é justamente o contrário, os alunos possuem especificidades quanto à aprendizagem e também quanto ao comportamento. Ou seja, são diferentes.

Quando pensamos no “fracasso escolar” logo vem em nossa mente aquela figura do “aluno problema”. O autor Aquino (1998a) enfatiza em seu texto que a indisciplina e o baixo rendimento escolar mostram-se como um grande obstáculo para o trabalho do docente. Mas o interessante é que este autor nos chama a atenção quanto a essa pergunta levantada em suas discussões, quando coloca que “[...] não é algo estranho e contraditório para os profissionais da área educacional explicar o sucesso escolar como produto da ação pedagógica, e o fracasso escolar como produto de outras instâncias que não a escola e a sala de aula?” (AQUINO, 1998a, p. 3).

Nesse sentido, podemos compreender, de acordo com o autor citado, que é fácil acreditar que o sucesso dos alunos é algo decorrente do trabalho do professor e os problemas estão no outro, ou seja, no aluno.

Diante destas discussões temos como objetivo geral compreender a concepção atual do professor sobre indisciplina e analisar a crise da autoridade docente referente à indisciplina de seus alunos. Como objetivos específicos tem-se a verificação da crise da autoridade docente em decorrência da indisciplina dos alunos, e também busca-se analisar as diferentes opiniões de professores sobre esta questão, confrontando-as com aspectos teóricos destacados da literatura, com o intuito de compreender melhor a indisciplina que se mostra atualmente como um dos maiores obstáculos para a atuação do professor.

Este estudo está dividido em três capítulos, conforme apresentamos a seguir:

O primeiro capítulo denominado, “Caracterizando a indisciplina e a disciplina”, propõe uma discussão em torno dos termos indisciplina e disciplina, e para tanto houve a necessidade de buscar em dicionários e também conhecer os conceitos trazidos pelos autores, como por exemplo, Aquino (2003), Araújo (1996) e Oliveira (2005). Outro aspecto interessante neste capítulo foi a retomada dos conceitos piagetianos de assimilação, esquema, acomodação e equilíbrio, pois nos ajudam a compreender o desenvolvimento cognitivo da criança. Uma outra discussão presente é o discurso hegemônico de muitos professores que esperam receber em sua sala de aula o aluno ideal, isto é, quieto, obediente, cumpridor de todas as tarefas, etc.

O segundo capítulo apresenta como discussão principal a crise da autoridade docente, o que tem se refletido, muitas vezes, nos alunos, manifestada como indisciplina, entre outros comportamentos apresentados nos discursos dos vários profissionais da educação. Assim nosso foco de reflexão é a indisciplina, mas também enfatizamos neste capítulo a relação professor-aluno, e o mal estar presente em nossos alunos, devido a inúmeras questões, como por exemplo, a falta de interesse nos estudos, em aprender, nas tarefas escolares.

Destinamos o terceiro capítulo à análise de dados coletados a partir das entrevistas realizadas com seis professoras do ensino fundamental. Nossa pesquisa se pautou na metodologia qualitativa, em que foram elaboradas questões descritivas com o objetivo de compreender o que os professores entendem por indisciplina, disciplina, como ele estabelece a sua autoridade dentro de sala de aula, entre outros. Finalizamos com as nossas considerações apresentando as reflexões obtidas por meio deste estudo, com o intuito de contribuir para a prática docente, pois o tema abordado é destacado por inúmeros professores como sendo um dos maiores problemas enfrentado atualmente.

## 1 CARACTERIZANDO A INDISCIPLINA E A DISCIPLINA

Quando pensamos em indisciplina logo vem em nossa mente: aluno inquieto, mal-educado, respondão, entre outros... Nesse sentido, o Dicionário Houaiss (2001, p. 1606) descreve indisciplina como: “Falta de disciplina; desobediência, insubordinação, rebeldia; violação de regras ou ordens impostas pelo empregador ou por seus prepostos, podendo ser justificativa para a demissão do trabalhador por justa causa; insubordinação [...]”. E o Dicionário Ferreira (1986, p. 938), afirma como sendo: “Procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; desobediência; desordem; rebelião.”. Assim, pode-se perceber que os dois dicionários quando afirmam a definição de indisciplina fazem uso do conceito disciplina, portanto cabe também colocarmos o significado de disciplina, que se mostra da seguinte forma:

Ensino e educação que um discípulo recebia do mestre. Obediência às regras e aos superiores<disciplina militar> <a falta de disciplina era um sinal de decadência do colégio> regulamento sobre a conduta dos diversos membros de uma coletividade, imposto ou aceito democraticamente, que tem por finalidade o bem-estar dos membros e o bom andamento dos trabalhos[...]. (HOUAISS, 2001, p. 1052).

E o dicionário Ferreira (1986, p. 595) já afirma a disciplina como sendo: “Instrutor. Observância de preceitos ou normas. Subordinação a um regulamento [...]”.

Compreende-se dos conceitos acima discutidos, que a disciplina e a indisciplina estão interligados, pois quando busca-se a explicação da indisciplina automaticamente utiliza-se da definição de disciplina para explicá-la, deixando claro, de acordo com os dicionários, que a indisciplina é um comportamento negativo, rebelde, errado e que se cometido necessita de punição, repressão, entre outros. Isto nos remete a organização militar, que antigamente se fazia presente também na escola, dando a idéia de disciplina imposta por meio do medo. E ainda nos dias atuais podemos observar essa questão nos discursos de alguns professores, mas se pensarmos na realidade atual, o medo que os alunos tinham de seus professores não é mais o mesmo. Nesse sentido os professores muitas vezes não se deram

conta para o fato que o medo, ou a disciplina do medo não funciona “tão bem” como antigamente.

No entanto para se falar de indisciplina precisamos compreender a seguinte questão:

[...] a indisciplina não está centrada em apenas uma ou outra causa: ela é produto de vários fatores, sendo diversas as razões que a justificam. Para tratar de um assunto tão complexo como a indisciplina, é preciso antes entender, dentre outras coisas, alguns aspectos históricos que interferiram e ainda interferem em nossas atitudes. Isto é, não se pode falar de indisciplina independentemente do contexto histórico-cultural e geográfico em que ocorre, porque é extremamente relativa a sua concepção. (OLIVEIRA, 2005, p. 32)

Partindo dessa afirmação Santos (apud OLIVEIRA, 2005, p. 33) elucida que “a pós-modernidade gira em torno de um só eixo: o indivíduo e suas três apoteoses – consumista, hedonista, e narcisista.”. Ou seja, o homem atual consome os bens e serviços produzidos pela sociedade, baseia-se numa doutrina filosófica que confere ao prazer individual, ou a um narcisismo militante. Assim Santos (apud OLIVEIRA, 2005) exemplifica algumas deserções movidas por essas três apoteoses, dentre elas citarei algumas:

Deserção da História: atualmente os indivíduos não vivem mais as tradições, perderam a continuidade do tempo, e também não se projetam num futuro, apenas vivenciam o presente, assim centram-se no individualismo.

Deserção do trabalho: O homem atual não se nutre de ilusões, sonhos, acaba se conformando que sempre será assim, isto é, trabalhar para um sistema capitalista desigual.

Deserção da família: Não é mais a família que predomina na formação de personalidade, mas sim a sociedade e a mídia, alguns valores, como por exemplo, o casamento se perdeu.

A partir dessas deserções Oliveira (2005) afirma que os latino-americanos tiveram uma modernização sem modernidade, isso é, têm-se alguns lugares que vivenciam a modernidade assim como os países de primeiro mundo, mas outros vivem ainda o trabalho escravo, e isso acontece ao mesmo tempo, como por exemplo, no Brasil. O que podemos entender é que a escola está inserida nesse

contexto, e a criança passa muito tempo nessa sociedade desigual, sendo a indisciplina um reflexo desse desajuste vivido atualmente.

Oliveira (2005, p. 37) coloca uma questão interessante para o professor:

Cientes, desse contexto, ao tentarmos entender a indisciplina, temos que considerar a complexidade de um mundo dito “pós-moderno” e sua influência sobre o comportamento dos indivíduos. Assim, é importante que o professor, em sua prática pedagógica, assuma uma posição em que ajudar o aluno a encontrar sentido para a vida seja uma de suas metas. Temos que considerar o fato de que apesar de a escola estar inserida em um contexto em que os problemas sociais estão cada vez mais presente na vida das pessoas e que estes interferem diretamente nas relações dentro dessa instituição, não podemos entendê-la apenas como receptora, mas, também, como agente de modificação desse sistema.

Assim, percebe-se que não se pode olhar para o aluno antes de compreender alguns aspectos sociais que o atinge, como os mencionados acima, no entanto cabem aos professores considerar essa questão e entendê-la como algo que precisa de mudança e não de conformidade.

Os autores Aquino (2003) e Araújo (1996) afirmam que a indisciplina escolar pode ser concebida de duas maneiras: primeiro como sinal de autonomia; e segundo como protesto em relação à autoridade do professor. Estes argumentos possuem coerência se pensados na realidade do cotidiano escolar, pois a indisciplina não é somente um desrespeito às regras como é encarado por vários professores, mas sim uma forma de questionamento por parte dos alunos (ARAÚJO, 1996).

Um dos principais objetivos da escola é a promoção da autonomia dos alunos, sendo que esta está relacionada à indisciplina. Ou seja, a meta da escola é formar um aluno crítico e autônomo capaz de compreender em que sociedade vive e que possa posicionar-se frente à realidade. Quanto ao “protesto” entendido por Araújo (1996) como o caso mais comum da indisciplina, os professores argumentam que não têm a mesma autoridade dentro da sala de aula como tinham antigamente e que o desrespeito por parte dos alunos é enorme. Assim, sobre essa afirmação Araújo (1996, p. 111) apresenta uma interessante explicação:

Tradicionalmente, o método que vem sendo utilizado através dos tempos para se lidar com a indisciplina é o de repressão, por meio de instrumentos de coação colocados pela sociedade à disposição dos

professores da educação. Esses métodos só funcionam com sujeitos que temem a autoridade. Aqueles que não respeitam a autoridade, porque o sentimento de medo ou de afeto não estão presentes em suas relações, ignoram as ordens e regras impostas e, pelo contrário, quanto mais o professor se irrita e grita, por exemplo, mais podem satisfazer internamente. Parece claro que essa forma de lidar com a indisciplina [...], não traz os resultados esperados.

Observa-se que essa afirmação revela um pressuposto mostrando que a nova geração de professores está inserida na tradição, isto é, no âmbito do passado. Mas a disciplina de antigamente era colocada sobre a obediência e subordinação, e o professor era para o aluno um superior hierárquico. O que acontece é que os tempos mudaram, o país mudou, os alunos mudaram, mas o padrão pedagógico não (AQUINO, 1996).

Piaget [s.d.] (*apud* LA TAILLE, 1996, p. 11) acredita em uma “autodisciplina”, pois o aluno construirá por meio da experiência uma disciplina muito mais estável e livre, isso pela sua interação com o mundo. Assim, conclui-se que é uma “disciplina não imposta de fora, mas inspirada pela busca pessoal de equilíbrio”. Isso revela que, de acordo com Piaget, o aluno, devido a sua interação, construirá por si só a disciplina ou como ele mesmo diz a “autodisciplina”.

Para compreender melhor esse pensamento de Piaget faz-se importante retomar alguns aspectos de sua proposta teórica. Primeiramente, cabe ressaltar que trata-se de um teórico interacionista, pois para ele o conhecimento é endógeno, isto é, de dentro para fora. Portanto, para Piaget o conhecimento se dá por meio da interação do sujeito com o objeto, e esse objeto pode ser outro indivíduo.

Desse modo é possível compreender algumas características da abordagem interacionista, sendo que a autora Wadsworth (1997, p.4) conceitua dizendo “o desenvolvimento mental é entendido como o produto da interação do organismo da criança com o meio”. Para uma melhor compreensão dessa abordagem é importante inserir um breve contexto histórico, pois esse conceito foi utilizado primeiramente por Platão, mas tarde, por Dewey que também se apoiava nessa concepção e recentemente Piaget adotou como ponto chave para explicar o desenvolvimento cognitivo da criança.

No início dos anos 20 e 30 inicia-se um outro momento na sociedade brasileira: o desenvolvimento industrial, com base no capitalismo. Essas mudanças

refletiram no contexto educacional. Até este momento da história grande parte da população brasileira era analfabeta e com o processo de industrialização era necessário o mínimo de leitura para compreensão dos maquinários, iniciando a educação das massas.

Nesse momento se configura uma nova preocupação da educação, já que agora existe um indivíduo para se formar de acordo com as exigências do trabalho. De acordo com Leite (1972, apud CARVALHO, 2002, p. 3), "no momento em que as crianças chegaram às escolas surgiram três problemas que ainda hoje são objeto de atenção de psicólogos e educadores: a inteligência, a aprendizagem e as diferenças individuais". Percebe-se desde então, a preocupação com as diferenças apresentadas pelos alunos, há tempos algo intrigante para os educadores.

Outro ponto chave para a compreensão da teoria piagetiana são os conceitos de assimilação, esquema, acomodação e equilíbrio, que são usados por Piaget para explicar como o desenvolvimento cognitivo da criança ocorre. Para tanto mostra-se interessante explicá-los para melhor entendê-los:

A assimilação de acordo com Wadsworth (1997, p. 19) "é o processo cognitivo pelo qual uma pessoa integra um novo dado perceptual, motor ou conceitual nos esquemas ou padrões de comportamento já existente". Assim pode-se entender que se trata de uma forma que permite o sujeito integrar um novo conhecimento ao que já possui, ou seja, seu conhecimento prévio, o que trás consigo, assim é como se o conhecimento novo incorporasse no velho. Um exemplo utilizado por Wadsworth é (1997, p. 19): "Um menino passeando numa estrada campestre com seu pai, e o pai aponta para uma vaca no campo e diz, o que é aquilo? A criança olha para a vaca (estímulo) e diz, é um cachorro". Nesse sentido podemos compreender o que Piaget conceitua como sendo assimilação, pois quando a criança vê a vaca e conclui que é um cachorro, ela está classificando este animal maior (vaca) com o que ela já conhece o cachorro, e isso é um processo cognitivo de desenvolvimento.

Esquemas de acordo com Wadsworth (1997, p. 16) "são estruturas mentais ou cognitivas pelas quais os indivíduos intelectualmente se adaptam e organizam o meio. Como estruturas, esquemas são os correlatos mentais dos mecanismos biológicos de adaptação." Portanto os esquemas são estruturas cada vez mais organizadas, isto é, se modificam sempre.



Wadsworth (1997, p. 16) faz uma comparação para uma melhor compreensão quanto à conceituação dos esquemas, “o estomago é uma estrutura biológica que os animais usam com sucesso para se adaptarem ao seu meio. De modo semelhante, esquemas são estruturas que se adaptam e se modificam com o desenvolvimento mental.”.

A acomodação pode ser entendida como a mudança dos esquemas (conceitos, categorias de coisas que o indivíduo apropriou-se) para acomodar conhecimentos construídos, como confirma Wadsworth:

Acomodação é a criação de novos esquemas ou a modificações de velhos esquemas [...]. Ocorrida à acomodação, uma criança pode tentar assimilar o estímulo, novamente. Uma vez modificada a estrutura cognitiva, o estímulo é prontamente assimilado. A assimilação é sempre o produto final”. (WADSWORTH, 1997, p. 20).

Por fim, a equilibração de acordo com Wadsworth (1997, p. 22) “é um estado de balanço entre assimilação e acomodação”. Assim o desequilíbrio ocorreria quando não houvesse um estado de balanço entre esses dois conceitos. Para a equilibração é importantíssimo que haja a auto-regulação da interação da criança com o meio.

Outra questão a ser tratada neste momento é o discurso hegemônico que muitos profissionais da educação possuem, como afirma Lajonquiére (1996) que se pauta na exigência de encontrar no aluno real a criança ideal. Este desejo é ideológico, pois na realidade os alunos são diferentes e as instituições não podem esperar receber alunos padrões ou que se enquadram em suas exigências. Guimarães (1996 apud AQUINO, 1998b) corrobora com a idéia de que a escola espera, ou se não, ajusta os indivíduos a uma homogeneização através de vários mecanismos disciplinares, e ainda afirma: “[...] atividades que esquadriham o tempo, o espaço, o movimento, os gestos e atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores, impondo aos seus corpos uma atitude de submissão e docilidade [...]”. (GUIMARÃES, 1996, p. 78). Assim, percebe-se que tais mecanismos disciplinares vão contra ao objetivo maior da escola, isto é, formar indivíduos críticos e autônomos que possam de fato posicionar-se frente a sua realidade.

As escolas muitas vezes funcionam de acordo com regras impostas pelos profissionais da educação e é exigido o cumprimento delas por todos, o que

mostra uma incoerência, pois os alunos são os mais atingidos pelas regras e várias vezes não sabem as razões do cumprimento, mas as cumprem.

Isto leva a pensar que, se os professores, pais e alunos são agentes ativos no processo educacional, não caberia a eles também participarem da discussão de normas e regras da instituição? Aquino (2003), ao abordar e também evidenciar a autoridade na determinação das regras, ressalta que a imposição de regras lembra a estrutura de um quartel, e se pensado de uma outra forma, isto é, uma decisão ao ser discutida por todos, traria oportunidades à escola de ensinar valores de respeito mútuo, e deixaria de ser tão autoritária, trabalhando o porquê das regras e não simplesmente a obrigação em cumpri-las.

Nesse sentido, Araújo (1996, p. 114) confirma a perspectiva de Aquino afirmando:

[...] que os princípios subjacentes às regras a serem cumpridas pelo sujeito tenham como pressuposto os ideais democráticos de justiça e igualdade, bem como a construção de relações que auxiliem esse sujeito a obrigar sua consciência a agir com base no respeito a esses princípios, e não por obediência.

Assim, pode-se notar que a indisciplina é uma questão que necessita de uma maior reflexão para não somente categorizar os alunos como indisciplinados ou disciplinados, mas sim entender todo o processo. Pelo fato de existir inúmeras discussões a serem exploradas sobre indisciplina, uma que será abordada ao longo do trabalho é o conjunto de atitudes por parte dos alunos para mostrar que algo está errado no contexto escolar.

A autora Roure (2001, p. 1), nos fala sobre a disciplina/indisciplina como sendo um duplo desafio para os objetivos educacionais. Nesse sentido ela descreve:

Em primeiro lugar, a aprendizagem dos conteúdos curriculares não se efetiva sem uma certa organização e normatização das atividades e das relações em sala de aula. Em segundo, porque o desenvolvimento das noções de regras e o respeito à coletividade são considerados processos constitutivos da consciência moral e objetivos da educação moral a ser desenvolvida na escola. O fracasso na constituição da disciplina escolar pode se revelar um entrave tanto à organização do trabalho pedagógico quanto à formação ética dos indivíduos que construirão a sociedade.

Para tanto, percebe-se que o raciocínio da autora Roure mostra-se coerente, sendo necessário sim que haja regras, normas, organização, entre outros, para que ocorra a aprendizagem. Por outro lado, a escola é um dos primeiros lugares em que a criança inicia sua convivência com as outras, que não é de sua família, sendo, portanto necessário uma consciência moral para o convívio coletivo, como a autora elucida. Mas se isso não for bem desenvolvido na criança, certamente refletirá em futuras atitudes “consideradas erradas” por esse indivíduo agora adulto.

Aquino (1998a) levanta algumas hipóteses sobre alunos “classificados” como indisciplinados, e os tipos de alunos citados por este autor são: “desrespeitador”, “sem-limites” e “desinteressado”.

A hipótese do “aluno desrespeitador” é explicada por Aquino (1998a, p. 4) como: “[...] a de que o aluno de hoje em dia é menos respeitador do que o aluno de antes, e que, na verdade, a escola atual teria se tornado muito permissiva em comparação ao rigor e à qualidade daquela educação de antigamente”. O que se pode compreender quanto a esse fato é que atualmente os professores de modo geral, e a comunidade em si fazem referência a uma escola antiga, tida como ideal, mas observando o processo histórico, percebe-se que antigamente as escolas não eram de acesso a todos, isto é, era destinada a uma minoria “rica”, e, além disso, a maioria eram militares e religiosas, e poucas eram leigas e públicas. Isto significa que eram para poucos, elitista, ou seja, não tão ideal assim.

Segundo Aquino (1998a, p. 5) “o grande desafio dos educadores atuais passou a ser a permanência de fato das crianças na escola o que, sabidamente, se consegue apenas com qualidade do ensino ofertado”. Nesse sentido os educadores têm em mãos uma grande responsabilidade, pois a chave de freqüentar a escola desde seu início é o de apropriação de conhecimento que na sociedade atual pode ser adquirido de várias maneiras, como por exemplo, através dos meios de comunicação em massa.

Um outro fator que se pode levar em consideração quanto à escola de antigamente refere-se a algumas características que principalmente as escolas militares, apresentavam, tais como, filas, uniformes, o medo e a coação... Dessa forma é possível observar que estes aspectos citados estão relacionados ao contexto histórico da época, isto é, a ditadura militar.

Nesse sentido Aquino (1998a, p. 6) afirma:

É óbvio que uma relação de respeito é condição (embora não suficiente) para o trabalho pedagógico. No entanto, podemos respeitar alguém por temê-lo ou podemos respeitar por admirá-lo. Mas, convenhamos, há uma diferença entre esses dois tipos de “respeito”. O primeiro funda-se nas noções de hierarquia e superioridade, o segundo, nas de assimetria e diferença. E há uma incongruência estrutural entre elas”.

O outro tipo de aluno é o “sem limites” que segundo Aquino (1998a) seria crianças com falta de imposição de limites por seus pais, sendo essa questão digna de uma maior reflexão. Analisando a questão, as crianças quando entram na escola, num convívio efetivamente em sociedade, já possuem noção de regras para a convivência no coletivo o que desmente a premissa de que o aluno não tem qualquer senso de regra ou disciplina. Isso pode ser exemplificado nos jogos e nas brincadeiras, nos quais estas crianças se inserem respeitando as regras dispostas.

O fato da criança não possuir limites e assim ser um aluno mau educado traz consigo a afirmação de que seus pais não lhe impuseram limites e que as crianças constituem-se também como mau educadas em casa. Essa relação não pode ser afirmada com tanto vigor pelos professores atualmente. Para tanto, Aquino (1998a, p. 10) aponta funções da família e da escola:

O trabalho familiar diz respeito à moralização da criança a essa função primordial dos pais e seus substitutos. A tarefa do professor, por sua vez, não é moralizar a criança. O objeto do trabalho escolar é fundamentalmente o conhecimento sistematizado, e seu objetivo, a recriação deste. O resto é efeito colateral, indireto, mediato.

Portanto, quando o professor realiza a sua função espera-se conseqüentemente, que o aluno compreenda o seu próprio papel e complete o do professor, pois afinal se é exigido respeito por parte dos alunos é necessário respeitá-los.

O outro aluno seria o “desinteressado”, nesse sentido tem-se uma outra questão: a escola hoje não é tão interessante quanto o ambiente externo a ela. A televisão e a internet são exemplos mais atrativos que a sala de aula, mas existe uma grande diferença entre a escola e esses veículos, pois eles são meios

informativos e estão ligados ao lazer, e a escola é transmissora do conhecimento sistematizado acumulado pela sociedade.

Para tanto, o que se pode compreender, segundo Aquino (1998a, p. 14) é que “em sala de aula o nosso ponto de partida é a informação, mas o ponto de chegada é o conhecimento”. A escola exige uma postura crítica reflexiva e não apenas um agente passivo, como por exemplo, a televisão.

## 2 AUTORIDADE DOCENTE: CRISE, CONFLITOS?

Neste tópico será abordado a autoridade do professor, e a relação com o aluno, algo essencial para que aconteça de fato a aprendizagem, destacando o papel do docente e sua influência na indisciplina/disciplina de sala de aula.

Para tanto, Aquino (1998a, p. 18) destaca algumas premissas pedagógicas para o trabalho escolar. Dentre elas o conhecimento “que é o objeto exclusivo da ação do professor”; a relação professor-aluno, “em que é o núcleo do trabalho pedagógico [...], mas é fundamental que seja preservada a distinção entre os papéis de aluno e de professor”; a sala de aula que é o “contexto privilegiado para o trabalho, o microcosmo concreto onde a educação escolar acontece de fato”; e o contrato pedagógico que parece ser o mais importante, pois “trata-se da proposta de regras de convivência, muitas vezes implícitas, mas que orientam o funcionamento da sala de aula”.

A relação professor-aluno é a matéria-prima a partir da qual se produz o objeto institucional, como afirma Aquino (1996, p. 50), portanto cabe dizer que esta relação se faz fundamental para que o trabalho pedagógico se desenvolva. Assim faz-se necessário não uma relação de poder do professor com o aluno, e este a submissão, pois, esse autor elucida que: “o lugar do professor é imediatamente relativo ao do aluno, e vice e versa”.

Para tanto, Piaget (1932, p. 172) elucida que: “a autonomia só aparece com a reciprocidade, quando o respeito mútuo é bastante forte, fazendo com que o indivíduo experimente interiormente a necessidade de tratar os outros como gostaria de ser tratado”.

O autor Guirado (1986 apud AQUINO, 1996p. 50) também argumenta sobre a relação professor-aluno, afirmando:

Escola, desde o ponto de vista institucional, equivaleria basicamente às práticas concretas de seus agentes e clientela, tendo a relação professor-aluno como núcleo fundamental. Isto significa “conhecer as instituições enquanto práticas sociais que, em sua particularidade, existem pela ação dos que cotidianamente a fazem e pelo reconhecimento desse fazer como uno, necessário, justificado.

Nota-se a importância de se desenvolver uma boa relação entre professor e aluno, pois dessa maneira a aprendizagem ocorrerá com qualidade. Assim, pode-se dizer que essa boa relação é a “chave” para se instaurar a autoridade do professor. Nesse sentido Kullo (2002, p. 16) chama a atenção justamente para essa questão, apontando que se o professor mudar do foco de ensinar para o aprender mudará sua ação, pois ele entenderá a educação numa totalidade, assim, o trabalho do docente “buscará atender o conhecimento, as habilidades e as atitudes ou valores”.

A autoridade do professor é algo que está em crise, em conflitos nos dias atuais, isso é o que pode-se facilmente notar em vários discursos de professores, mas o que vem a ser autoridade? De acordo com Caldas (1964, apud Aquino, 1998b, p. 15) é o “direito, poder de comandar, de obrigar a fazer alguma coisa; domínio, jurisdição // crédito, consideração, influência, importância [...] // autorização, permissão”.

Percebe-se dentre estes conceitos, que a autoridade está baseada no medo e na submissão de alguém, assim, a autoridade não acontece naturalmente de um processo de admiração ou respeito, mas como algo de poder, coação, hierarquia, etc. Portanto, atualmente o que ocorre é que os alunos mudaram, não são mais aqueles que não tinham voz frente aos seus sentimentos e pensamentos, e isso, muitas vezes tem se tornado um “problema” para os professores.

Um ponto importante destacado por Aquino (1998a) e que não se pode deixar de citar são as cinco regras éticas do trabalho docente:

1. A compreensão do aluno-problema como um porta-voz das relações estabelecidas em sala de aula. Nesse sentido, é possível notar que esse aluno-problema não rende com um professor, mas pode render muito com outro, assim, compreende-se que esse aluno demonstra para o professor um problema de relação entre os dois, o que leva a este professor a investigar.
2. A des-idealização do perfil de aluno, ou seja, deixar de lado a visão do aluno ideal, a sala homogênea em que todos são iguais, e que as aprendizagens de todos ocorrem ao mesmo tempo, o mesmo para a questão de que aprendem tudo. E na realidade o que acontece é justamente o contrário, os alunos possuem especificidades quanto à aprendizagem e são diferentes no agir, no pensar, entre outros.

3. A fidelidade ao encontro pedagógico, Aquino (1998a, p. 20) afirma que “a ação do aluno é, de certa forma, espelho da ação do professor. Portanto, se há fracasso é de todos; e o mesmo com relação ao sucesso escolar”.

4. A experimentação de novas estratégias de trabalho, que consiste em pesquisar sempre, pois a investigação é primordial no trabalho docente.

5. Os dois valores que são básicos ao trabalho docente em sala de aula: a competência e o prazer, que refere como sendo um trabalho realizado pelo professor e refletirá conseqüentemente no aluno.

Nesse sentido, entende-se por indisciplina, de acordo com os conceitos tratados até o momento, como uma atitude tomada pelo aluno como um “sinal” que algo errado está acontecendo, além de estar relacionado com as expectativas do professor em receber aquela sala homogênea. Hoje devido às inúmeras mudanças, como por exemplo, o fato da maioria da população estar na escola, as relações e os comportamentos entre professor, aluno e sociedade, são outros, e isto tem reflexos dentro de sala de aula. Portanto, o comportamento do aluno em sala precisa ser encarado de outra maneira, com outras posturas dos professores frente a essa nova realidade vivenciada.

Vianna (1989, p. 13) coloca a disciplina como algo que “não é imposta, mas decidida e acertada em função de bens e objetivos que não são de uma pessoa ou de um grupo, mas fruto de decisões comuns em função de objetivos também comuns”. De acordo com a autora pode-se entender que o objetivo da escola é fazer com que seus alunos aprendam algo que é do interesse de todos, ou seja, se é preciso disciplina para ensinar e aprender é fundamental que esta seja estabelecida.

A partir disso, discutir sobre a autoridade do professor, suas posturas frente à indisciplina, mostra-se importante, mas não podemos deixar de citar a questão que Roure (2001, p. 1) levantou em sua pesquisa que “do ponto de vista do professor, a concepção de indisciplina é, também, muito variável e depende da maneira como ele encara sua prática na sala de aula [...]”. Portanto, muitas vezes o tumulto, a conversa é decorrente da participação dos alunos, e este comportamento pode ser visto como algo positivo na aprendizagem.

Nesse sentido a autora Guzzoni (1995, p. 32) elucida que:



A disciplina que se busca não é aquela na qual o aluno obedece ao professor, temeroso de errar ou de conturbar a sala de aula, disciplina essa qualificada de “disciplina do silêncio”. Ao contrário, almeja-se aquela em que o aluno participa ativamente das atividades escolares, questionando o professor, relacionando-se com seus colegas, discutindo e opinando sobre as questões colocadas.

Para tanto, Aquino (1998a) mostra pontos chaves para a compreensão das relações dentro de sala de aula, de todos os agentes desse processo, e a importância da reflexão sobre determinadas atitudes do professor, além de uma mudança de posicionando frente à realidade escolar, pois a partir do momento que o docente se propõe a ensinar, ou seja, educar ele precisa agir de acordo com suas responsabilidades, e também compreender os conceitos citados por Guzzoni.

Furlani (1987 apud GUZZONI 1995, p.24), parte da idéia de que se o professor agir de acordo com suas responsabilidades, conseqüentemente este terá autoridade frente aos alunos. Assim, essa autora elucida que “a relação de autoridade, que se dá na instituição escolar, decorre, sobretudo da competência do professor, competência essa que compreende o domínio teórico e prático dos princípios e conhecimentos que regem a instituição escolar”.

Arendt (apud AQUINO, 1998b, p. 17), afirma o que vem a ser o papel do professor:

Embora certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só autoridade. A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém, sua autoridade se assenta na realidade que ele assume por este mundo. Em face da criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: - Isso é o nosso mundo.

Assim como Guzzoni (1995, p. 48), resume dessa forma o papel do professor:

A função do professor competente está, pois, em organizar, selecionar e explicitar o saber construído, até então, pelas gerações precedentes, de modo a propiciar ao educando dele se apropriar,

transformando-o se necessário for. Assim, o educador estará interessado na formação de um sujeito bem informado, capaz de pensar, de compreender o significado deste conhecimento, e de sua importância para a vida atual ou futura.

Portanto, pode-se entender que o papel do professor está relacionado intimamente com o de facilitar o encontro do educando com todo o conhecimento adquirido pela sociedade. Nesse sentido cabe ao professor assumir com responsabilidade a sua função, e ter plena consciência do seu trabalho, agindo de forma coerente sem deixar de lado o respeito por seus alunos.

Assim, Kullo (2002, p. 11) elucida que:

Partindo do princípio de que o problema essencial do professor é fazer com que seus alunos aprendam afirmamos que é preciso que este se conscientize de que ensinar é desvendar um mundo novo, oculto, para aquele que busca aprender e assim, a aprendizagem é o processo através do qual o sujeito se apropria ativamente do conteúdo existente.

Nesse momento discute-se sobre a postura dos professores frente à indisciplina em sala de aula, isto é, qual a sua participação frente a essa questão.

Para tanto, sabe-se que na maioria das vezes o professor é a figura que centraliza o poder em sala de aula, isso se revela desde o início da educação, de forma que a organização da sala, a submissão, os castigos, entre outros, só vem afirmar isso. Atualmente muitos professores entendem que a sua postura é e deve ser como antes. Mas com o decorrer do tempo e com as mudanças da sociedade, já citada neste trabalho, o não controle da sala de aula, o descumprimento das tarefas escolares, das regras, tem levado o professor a uma crise em sua profissão, de forma que ele não vê mais a educação como algo essencial para sua vida, o seu trabalho não é mais gratificante, acarretando um desânimo frente aos alunos, e a relação entre professor e aluno que deveria ser essencial para o bom desenvolvimento do trabalho pedagógico se resume ao que podemos dizer um “caos”.

Um outro ponto a ser discutido é o mal estar que está presente nos alunos, em que o dia-a-dia da escola se torna algo monótono, desinteressante e estressante, e o aluno acaba não compreendendo o porquê de freqüentar a escola.

Essa questão pode ser confirmada na música de Gabriel “O Pensador”, em que o título é “Estudo Errado”:

Eu tô aqui Pra quê?  
Será que é pra aprender?  
Ou será que é pra aceitar, me acomodar e obedecer?  
Tô tentando passar de ano pro meu pai não me bater  
Sem recreio de saco cheio porque eu não fiz o dever  
A professora já tá de marcação porque sempre me pega  
Disfarçando espiando colando toda prova dos colegas  
E ela esfrega na minha cara um zero bem redondo  
E quando chega o boletim lá em casa eu me escondo [...].

Essa música se mostra popular entre os alunos e aceita por eles também, pois ela ajuda a compreender um pouco da realidade vivenciada pelos mesmos, e, se aceitam a música é porque se identificam com ela. Se atentarmos para a letra, é possível perceber alguns acontecimentos de sala de aula. As três indagações no início da música nos levam ao que estamos discutindo nesse trabalho, isto é, a indisciplina como um sinal de que algo está errado, pois se a escola pretende desenvolver em seus alunos a autonomia, porque então não consegue lidar com as inquietações (o falar, indagar) de seus alunos?

As autoras Schmidt, Ribas e Carvalho (1989, 35-36) afirmam que a escola tem a opção por qual disciplina ela pretende instruir seus alunos, se opta pela disciplina participativa estará desenvolvendo no seu aluno a autonomia, e a reflexão sobre suas ações:

[...] escola pode, se quiser, optar por um tipo de disciplina opressiva, tendo no centro a indisciplina do aluno, isto é, levar o aluno à obediência às normas escolares, ou a um tipo de disciplina transformadora, cujo o ato disciplinar conduza o estudante à apreensão do objeto a ser conhecido conforme a direção que seus agentes pretendem dar ao trabalho pedagógico. Nesse caso, a disciplina deve ser encarada como princípio educativo.

Nesse sentido, destaca-se a experiência piloto de Lewin (1910 apud GUZZONI, 1995, p. 33) que executou com três grupos de crianças, um de 10 anos, outro de 11 anos e um outro de 12, e para cada grupo foi alocado um monitor com as seguintes características: um representava o papel de autoritário (aquele que decide sobre as tarefas passo a passo, sem dar um quadro geral para seus alunos), o democrático (participa com o grupo de alunos sobre as decisões em classe, que

são por ele orientadas e facilitadas) e o não-intervencionista (aquele que não dirige o grupo, tendo como papel apenas responder perguntas de forma breve). Após seis semanas, cada grupo mudou de monitor, seguindo esquema rigoroso e organizado.

Verificou-se que o grupo orientado pelo monitor autoritário, apresentou ora reações agressivas, apáticas, e sempre o monitor era solicitado pelos alunos frente a alguma dificuldade. O mesmo foi observado no grupo do monitor não-intervencionista, com o diferencial que esse grupo produziu menos em comparação com os demais. Já o grupo do monitor democrático os alunos trabalhavam de forma mais harmoniosa para vencer as dificuldades.

Portanto, pode-se retirar dessa experiência o entendimento, que a ação docente reflete sobre os alunos. Nesse sentido, a experiência nos chama a atenção para repensar sobre a responsabilidade do professor frente aos alunos, pois este deve ter plena consciência da dependência dos alunos quanto ao seu pensar e agir, para que assim possam desenvolver a autonomia e não a submissão dos alunos.

Destaca-se a diferença entre ser um professor com uma autoridade autoritária e aquele que tem autoridade liberal, palavras essas utilizadas por Novais (2004). Autoridade autoritária está presente na educação brasileira desde seu início com a educação religiosa e militar, e isso se perpetuou por muito tempo. Contudo, os alunos não respeitam o professor e sim o obedecem, por não ter outra escolha, pois se não o respeitarem serão castigados, apesar de que nos dias atuais não existem mais os castigos corporais como antes, mas existem ainda repreensões dos professores. Guzzoni (1995, p. 28), afirma:

As reprovações, as notas baixas, as punições constituem medidas vingativas, tomadas pela escola em resposta às reivindicações da comunidade. Trata-se aqui do autoritarismo escolar, ao invés de punições, o papel do educador deveria ser outro: promover o conhecimento [...].

Já a autoridade liberal acontece decorrente da admiração, do respeito mútuo entre professor e aluno, como Furlani (1997, p. 30) elucida:

A autoridade que surge através da competência e do empenho profissional do professor pode estabelecer uma mediação democrática, através da ênfase predominante que faça convergir

liberdade e igualdade, tendo como critério norteador a qualidade de vida coletiva.

O respeito mútuo é essencial para que se estabeleça uma relação de confiança entre professor e aluno. Assim Piaget (1989, p. 56) afirma que:

[...] a função da cooperação entre as crianças, e das formas de vida social dela decorrente, consiste essencialmente em mútuo respeito. Este existe quando os indivíduos se atribuem, reciprocamente, um valor pessoal equivalente, não se limitando a valorizar uma ou outra ação específica.

No entanto, pode-se notar que autoridade é fundamental para que o trabalho pedagógico aconteça, para a disciplina da sala de aula, como afirma Novais e tantos outros autores, tais como, Guzzoni (1995), Furlani (1997), “é vital para o estabelecimento (ou não) de uma situação de disciplina em sua turma” (NOVAIS, 2004, p. 17). Percebe-se que não é desnecessária a autoridade docente, mas o que acontece e que está errado, são os exageros, os abusos dessa autoridade, acarretando assim, uma relação professor-aluno com dificuldades.

A autora D’Antola (1989, p. 49) possui uma interessante explicação sobre essa questão acima citada:

Ao ensaiarmos os primeiros passos para ações democráticas é natural que erros sejam cometidos. Corremos o risco de, no afã de evitar o autoritarismo, cair no extremo oposto, qual seja, o excesso de liberdade, que pode levar ao desrespeito e confusão entre os conceitos de autoridade e autoritarismo.

Assim, compreende-se que quando se tentam romper com algo que está posto a tanto tempo em nosso meio, como é o caso da disciplina autoritária, corre-se o risco de inclinar a “vara” totalmente para o outro lado, e cometer mais um erro, o da liberdade extrema, sabendo que tanto um extremo quanto outro é prejudicial para a educação.

Sobre essa questão Freire (1997 apud Oliveira, 2005, p. 82) possui uma interessante idéia em que ele afirma:

[...] os limites são necessários, sem os quais a liberdade se perverte em licenciosidade e a autoridade em autoritarismo, a liberdade sem limites é tão prejudicial quanto a liberdade asfixiada ou castrada.

Assim, a autoridade é tão necessária quanto a liberdade. É preciso deixar de aceitar de um lado o autoritarismo e, do outro, a licenciosidade, porque na licenciosidade não se tem liberdade, tem-se anarquia. Exercer a autoridade exige do professor uma “certa arte, uma sensibilidade, uma seriedade, uma capacidade de prever”.

Partindo ainda da idéia de autoridade autoritária e autoridade liberal, é interessante destacar os dois estilos de professores: controladores e promotores da autonomia, explicitados pelas autoras Guimarães e Boruchovitch (2004).

Os professores “facilitadores da autonomia” nutrem seus alunos de autodeterminação e auto-regulação. Para tanto, estas autoras elucidam que:

Apoiar a autonomia dos alunos significa, nessa perspectiva, incentivá-los a fazer escolhas, a participar das tomadas de decisão sobre sua educação e levá-los a se identificar com as metas de aprendizagem estabelecidas em sala de aula. É importante destacar que, para fortalecer a percepção de autonomia, as opções de escolha oferecidas aos alunos devem ser referentes a aspectos importantes do contexto de aprendizagem, que uma vez escolhidas tornem-se reais, que todas as informações sobre as opções sejam explicitadas, objetivando uma escolha segura. (GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, 2004, p. 10).

Já os professores controladores segundo Guimarães e Boruchovitch (2004, p. 10) “tendem a estabelecerem para seus alunos formas específicas de comportamentos, sentimentos ou de pensamentos, oferecendo incentivos extrínsecos e conseqüências para aqueles que se aproximam do padrão esperado”.

No entanto, uma pesquisa inicialmente proposta por Sheinman e Ryan (1981 apud GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, 2004, P. 10) aponta que esses dois estilos de professores: o promotor da autonomia e o controlador atuam de forma significativa no aluno. Foi possível perceber que o professor promotor da autonomia fortaleceu em seus alunos algumas questões, como por exemplo, a participação nas tomadas de decisões; já o professor controlador estabeleceu formas específicas de comportamento e de pensamentos evidenciando um controle sobre as ações que os alunos deveriam ter em sala de aula.

A relação entre professor-aluno depende do que chamamos de respeito mútuo, e quando se pensa em respeito mútuo não tem como não falar das pesquisas de Piaget. Segundo Branco (1994, p. 72) “o respeito mútuo aparece,

portanto, como a condição necessária da autonomia, sob seu duplo aspecto intelectual e moral.”.

Silva (2002, p.71) elucida que “nos estudos piagetiano, observamos que são os esquemas afetivos, construídos na inter-relação da criança com o seu meio, que irão formar o caráter da criança, e o sentimento de respeito que a criança nutre em relação a outras pessoas”.

Para compreender melhor o fato dos exageros e abusos, isto é, a autoridade autoritária, Kamii (2000 apud NOVAIS 2004), revela uma questão pautada no medo da punição da relação professor-aluno, o que leva os alunos a três reações diversas:

- 1- Cálculo de riscos: em que a criança repete o ato que ela sabe que vai ser punida pelo professor, mas ela tenta nunca ser descoberta;
- 2- Conformidade cega: ela deixa de agir por ela mesma e acata sempre passiva as ordens do professor;
- 3- A revolta: na qual nós afirmamos que esses alunos são os indisciplinados, ou mais tarde serão os delinqüentes de nossa sociedade.

Contudo, Kamii (2000 apud NOVAIS 2004) mostra algumas reações observadas no cotidiano escolar de alguns alunos dentro de sala de aula, em que a ameaça constantemente feita pelo professor leva o aluno ao medo, e não ao respeito, às vezes a uma obediência cega, e isso remete a uma falta de respeito entre professor e aluno, acarretando a uma falta de afetividade, que se mostra importante para que ocorra uma boa relação.

Nesse sentido Novais (2004), afirma:

Esta falta de afetividade, somada à obrigação de obediência pode aumentar a indisciplina na sala de aula, pois se os alunos não respeitam o professor por sua autoridade, podem se sentir estimulados a desafiá-lo, a desobedecê-lo, a não prestar atenção nos conteúdos trabalhados, e a simplesmente cumprir burocraticamente o horário, estando em sala de corpo presente, mas com o pensamento em outro lugar. (NOVAIS, 2004, p. 24).

Portanto, a autoridade deve ser vista pelo professor como um poder remetido a ele, pela instituição, pela sociedade e pelo aluno também, e encarado de

forma consciente, isto é, no sentido de orientar, ajudar ao aluno a crescer tanto psicologicamente quanto socialmente, e isso acontece devido ao seu conhecimento e experiência de sala de aula.

Se a autoridade docente for bem sucedida, ela leva o aluno, segundo Freire (1989 apud NOVAIS, 2004 p. 26), “[...] a se disciplinar, sendo esse então capaz de adequar seu comportamento a determinadas regras, estabelecidas por ele ou não, de modo a conseguir a organização necessária da ação para que os resultados sejam atingidos”. É nesse sentido que o professor precisa se focar para que a sua autoridade seja capaz de levar seus alunos a se normatizar seguindo as regras do convívio em sociedade e usar sua liberdade de forma responsável.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Médio (1999 apud NOVAIS, 2004), afirmam como objetivo final da educação formar cidadãos críticos, éticos e autônomos, e segundo Davis e Luna (1991 apud NOVAIS, 2004), este é também o objetivo da autoridade docente: “propiciar a construção de uma consciência que seja ao mesmo tempo autônoma e compromissada com a autonomia das demais consciências”.

Segundo Oliveira (2005, p. 83) a educação escolar deve despertar na criança, por meio da autoridade, “o senso de igualdade, de justiça, de direitos e deveres, enfim, de cidadania”. Assim, compreende-se que o intuito é formar indivíduos capazes de tomar posicionamento frente à realidade, com criticidade, e, além disso, aprender a ter um convívio harmonioso em sociedade. Isto é contrário aos professores que se utilizam da autoridade autoritária, pois estes proporcionam aos seus alunos a submissão, levando-os a uma passividade e também ao silêncio.



### 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após o estudo teórico que fundamenta o presente trabalho, apresentado nos dois capítulos precedentes, será relatado a análise dos dados coletados. Em um primeiro momento, descrevemos o percurso da pesquisa, em segundo a caracterização dos professores entrevistados e em seguida os dados coletados, analisando-os.

#### 3.1 Percurso da pesquisa

A modalidade escolhida para a realização da pesquisa de campo foi o Estudo de Caso descritivo. O intuito da pesquisa foi confirmar por meio das respostas dos professores o estudo teórico realizado. A escolha da escola pesquisada foi aleatória, e o mesmo ocorreu com os professores, não tendo nenhum determinante, como por exemplo, idade, tempo de atuação, condição econômica.

A pesquisa foi desenvolvida numa escola Municipal, localizada na região leste do município de Londrina, Estado do Paraná. Atende cerca de 400 alunos da pré-escola até a 4ª série, o nível econômico em média é classe média e média baixa. Todos os professores são graduados em Pedagogia e a maioria com pós-graduação.

Os professores responderam a seis indagações referentes à crise da autoridade docente, a indisciplina, e como lidam em determinadas situações de sala de aula. A entrevista foi realizada na hora do intervalo e, como o tempo é pequeno (dez minutos), alguns solicitaram para responder o questionário mais tarde e depois entregar. Foi entendido que esse fato não iria atrapalhar a pesquisa, e assim foi permitido.

### 3.2 Caracterização dos professores

Utilizou-se para a identificação dos professores as siglas, P1, P2, e assim sucessivamente.

<b>Professor</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>	<b>Tempo de atuação</b>	<b>Série de atuação</b>
P1	26	Pedagogia	03 anos	3 <sup>a</sup>
P2	37	Pedagogia; pós-graduação em gestão, orientação e supervisão.	15 anos	Pré
P3	35	Pedagogia; especialização em supervisão.	15 anos	2 <sup>a</sup>
P4	56	Pedagogia; pós-graduação em administração e supervisão.	20 anos	4 <sup>a</sup>
P5	49	Pedagogia; pós-graduação em didática e orientação e supervisão.	23 anos	1 <sup>a</sup>
P6	31	Pedagogia; especialização em psicopedagogia e em gestão.	11 anos	4 <sup>a</sup>

**Quadro1** – Identificação dos professores

### 3.3 Análise de dados propriamente dita

Esta seção analisa o entendimento dos professores quanto a sua autoridade dentro de sala de aula, o conceito de disciplina e indisciplina e também

aspectos da relação professor-aluno. O questionário aplicado encontra-se em anexo ao final do trabalho.

No primeiro momento da pesquisa o objetivo foi compreender o que os professores entendem por indisciplina, mas para isso fez-se necessário identificar o que estes compreendem por disciplina. Para tanto a indagação foi:

**O que você entende por disciplina?**

P5: *“disciplina é o comportamento adequado, onde as normas e os deveres são cumpridos”.*

No discurso do P5 é possível perceber a adequação de comportamentos para explicar a disciplina. Sobre esse aspecto Oliveira (2005, p. 28) explica da seguinte forma:

Na nossa sociedade de classes, por exemplo, disciplina corresponde justamente a adequação dos indivíduos a essa sociedade estratificada, significando, então, inculcação, domesticação e submissão daqueles que não possuem poder. E, a escola, que é determinada por essa sociedade acaba por reproduzir esse mesmo entendimento e essa prática. Geralmente, na escola, a disciplina é entendida como a adequação do comportamento do aluno àquilo que o professor deseja. Ou seja, esse modo de o professor entender a disciplina escolar é herdado do modo com a nossa sociedade de classes entende a disciplina no contexto social.

Já a professora P1 nos permite compreender no seu discurso, o seu entendimento sobre disciplina que se assemelham com vários autores, dentre eles Aquino e Passos, as quais apontam como sendo a melhor maneira de atingir o objetivo de desenvolver um aluno autônomo, crítico reflexivo.

P1: *“Disciplina é quando todos estão envolvidos com as atividades em sala de aula, participando, com os colegas, desde que não invadam o espaço do outro. Disciplina é saber que na sala de aula há momentos para conversa, brincadeira, silêncio e estudo”.*

Nesse sentido, Passos (1996, p. 118) afirma que “[...] o ato pedagógico é o momento do emergir das falas, do movimento, da rebeldia, da oposição, da ânsia de descobrir e construir juntos, professores e alunos”.

Já sobre o entendimento de indisciplina o discurso do P4 mostra-se relevante, pois faz referência à falta de limites, e atribui aos pais esse problema. Outro fato importante a ser destacado na fala deste professor é a imposição das regras, evidenciando a submissão dos alunos. Assim a questão foi:

**O que você entende por indisciplina?**

P4: “[...] não tem limite em casa e se chocam com os limites impostos na sala de aula”.

Pode-se notar que essa professora possui uma autoridade autoritária, isto é, ela obtém a disciplina por meio do medo. Como mencionado no decorrer da discussão teórica, quando a professora aponta a “falta de limites”, como sendo uma causa da indisciplina, isso remete ao que vários autores colocam quanto a este aspecto, como por exemplo, Aquino (1998a), que elenca hipóteses para a causa da indisciplina sendo a falta de limites uma destas.

Para tanto, Aquino (1998a) argumenta que não é tão simples assim, essa atribuição da falta de limites para os pais, e que este tenha se tornado muito permissivo. Essa discussão requer uma análise mais profunda, e tem um cunho mais psicológico do que pedagógico. Outro ponto a ser esclarecido é que a educação deve ser entendida num sentido mais amplo, sendo o objetivo principal da escola a transmissão do conhecimento historicamente construído, e não o de mero disciplinador. Nesse sentido:

[...] a estruturação escolar não poderá ser pensada apartada da familiar. Em verdade, são elas as duas instituições responsáveis pelo que se denomina educação num sentido amplo. Só que o processo educacional depende da articulação destes dois âmbitos institucionais que não se justapõem. (AQUINO, 1996, p. 46).

Aquino chama atenção quanto aos objetivos da família e os da escola que são totalmente distintos:

O trabalho familiar diz respeito à moralização da criança, essa é a função primordial dos pais ou seus substitutos. A tarefa do professor, por sua vez, não é moralizar a criança. Objeto do trabalho escolar é fundamentalmente o conhecimento sistematizado, e seu objetivo, a recriação deste. O resto é efeito colateral, indireto, mediato. (AQUINO, 1998, p.10).

A professora P4 destaca em sua fala a imposição de regras quando diz: “*limites impostos na sala de aula*”. Relacionando com aspectos teóricos, Branco (1994, p. 66) afirma que:

A moralidade é concebida por Piaget como um sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras [...] os sentimentos morais provêm das relações afetivas [...] o estudo da moralidade na teoria de Piaget invoca, de um lado, a gênese da afetividade nas relações interindividuais e, de outro, a compreensão de como a criança adere e entende a regra no decurso de seu desenvolvimento [...].

Entende-se que a imposição das regras é algo negativo para o desenvolvimento da autonomia, isto é, revela a submissão do aluno ao professor. Sendo imposta e não decidida por todos os envolvidos, dessa forma, os envolvidos as cumprem devido ao medo de punições futuras, mas não as compreende. Outro aspecto relevante é que o medo não está presente mais nos alunos como antes, levando a um desrespeito a tais regras. Algo que seria minimizado ou resolvido se entende-se o porquê das regras.

Além desse fato, Piaget (1932, p. 280) nos chama a atenção para que: “à medida que a criança cresce, a submissão de sua consciência à consciência adulta parece-lhe menos legítima [...], o respeito unilateral tende, por si mesmo, ao respeito mútuo e à relação de cooperação, a qual constitui o equilíbrio normal”.

A relação professor-aluno foi um ponto importante para a compreensão da autoridade do professor, pois revelou o que este aponta como importante para essa boa relação. Analisando os dados coletados, de maneira geral, isto é, 05 dos 06 professores entrevistados deram ênfase às questões do respeito mútuo e também da afetividade, como fundamental para uma boa relação. Isto também é apontado por Novais (2004, p.24) que afirma “[...] falta de afetividade, somada à obrigação de obediência pode aumentar a indisciplina na sala de aula, pois se os alunos não respeitam o professor por sua autoridade, podem se sentir estimulados a desafiá-lo, a desobedecê-lo, [...]”.

No discurso dos professores sobre como ele explica a sua autoridade dentro de sala de aula, a maioria cita a divisão de papéis entre professor e aluno. Nesse sentido Aquino afirma:

[...] a indisciplina parece ser uma resposta clara ao abandono ou à habilidade das funções docentes em sala de aula, porque é só a partir de seu papel evidenciado concretamente na ação em sala de aula que eles podem ter clareza quanto ao seu próprio papel de aluno, complementar ao de professor. Afinal, as atitudes de nossos alunos são um pouco da imagem de nossas próprias atitudes. AQUINO (1998a, p.11).

O professor é o adulto que está à frente de seus alunos, e conseqüentemente é ele que os alunos tomarão como exemplo, assim, se o professor age cumprindo o seu papel, o aluno também compreenderá o seu. Nesse sentido destaco a fala do P6 quando ele responde a questão:

**Fale sobre o seu entendimento da relação professor - aluno?**

P6: *“O professor é o sujeito experiente dessa relação, porém não deve se por como o único detentor do conhecimento [...]”.*

Percebe-se que esta professora coloca o seu aluno como um agente importante desta relação. Aquino (1998, p. 18) afirma esse aspecto quando explica a relação professor/aluno “[...] uma vez que o aluno é o nosso parceiro, co-responsável pelo sucesso escolar [...]”.

Quanto à autoridade somente uma professora, a P6, se referiu à diferenciação entre autoridade e autoritarismo. Para tanto a questão foi:

**Explique sua autoridade dentro de sala de aula?**

P6: *“Procuro exercer minha autoridade sem ser autoritária, levando os alunos a perceberem que alguns comportamentos e atitudes são importantes para que ocorra a aprendizagem”.*

Para Guimarães e Boruchovitch esta professora possui o estilo promotor da autonomia, assim as autoras explicam:

A possibilidade de apoiar a autonomia alheia seria fruto de um estilo interpessoal composto, em partes, por características de personalidade e por habilidades adquiridas. Estas habilidades, passíveis de aprendizagem, incluiriam tomar a perspectiva da outra pessoa, reconhecer seus sentimentos, usar linguagem não-controladora, oferecer informações importantes para tomadas de decisão, entre outras. [...] o estilo motivacional do professor é

considerado, portanto, uma característica vinculada à personalidade, mas é vulnerável a fatores sócio-contextuais [...] a interação dos professores com seus alunos extrapola as disposições pessoais por englobar a sua percepção acerca do envolvimento dos estudantes, das pressões no decorrer do ano letivo, [...]. (GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, 2004, p. 9).

Esta professora compreende que o autoritarismo mostra-se como algo negativo para que se estabeleça a sua autoridade com os alunos, e não é pelo medo, pela submissão dos alunos que estabelecerá o respeito, mas sim pela admiração. Isso fica claro nos discursos de muitos autores, como por exemplo, Novais (2004), Oliveira (2005).

[...] há dois tipos de autoridade: a autoritária, vinculada ao uso da força ou violência, e a por competência, que parte de uma admiração nutrida pelos subordinados a partir do prestígio e da capacidade. É de extrema importância frisar que, apesar de ser uma forma de poder, a autoridade não se deve ser confundida com autoritarismo, ou seja, seu uso abusivo, pois ao se fazer obedecer por intermédio de castigo, punições, advertências, notas baixas e ameaças de reprovação, o professor consegue uma obediência que não será legitimada por seus subordinados. (NOVAIS 2004, p. 19).

É possível entender também, que essa compreensão sobre autoridade e autoritarismo é algo ainda difuso nos discursos dos professores, pois somente uma professora se deteve a essa questão. Dessa maneira mostra-se importante essa discussão dentro do ambiente escolar entre os professores.

A respeito da idade das professoras como uma hipótese de que a mais “velha” estaria presa a questões de disciplina como era a visão de antigamente, a “disciplina do silêncio”, isto não foi confirmado, pois tanto a professora P1 (a mais nova em idade e tempo de atuação) quanto a P5 (a mais experiente em tempo de atuação) afirmam a importância “do *aluno exercer seu pensamento*”, do “*diálogo*”, do “*respeito*”, entre professor e aluno, para que se estabeleça uma boa relação entre esses dois agentes da educação.

Diante disso pode-se extrair das afirmações destas duas professoras quanto à importância dada para a autoridade dentro de sala de aula, que esta pode ser uma autoridade não imposta, uma autoridade baseada numa relação de confiança. A P5 afirma:

*P5: estabeleço a minha autoridade através [...], uma relação de confiança estabelecida entre professor e aluno.*

Quanto ao fato de se estabelecer a autoridade e não o autoritarismo em sala de aula a autora Canivez (1991 apud Oliveira, 2005, p. 81) elucida que:

Como estimular no indivíduo o hábito de obedecer, sem provocar a sujeição? Como exercer a autoridade sobre alguém, sem torná-lo um eterno dependente das “autoridades”, isto é, dos “manipuladores”? Como exercer autoridade a fim de produzir liberdade em vez de poder, a autonomia em vez do condicionamento, a responsabilidade em vez da submissão? É certo que não temos respostas prontas para estas questões [...]. Contudo, alguns princípios podem ser utilizados com a intenção de minorar esses problemas. Em primeiro lugar, é preciso que se exerça autoridade sobre a criança e não o autoritarismo. [...] Outro fator interessante, é que deve estar claro para os professores, é que a própria criança sente a necessidade de uma autoridade competente para lhe impor limites.

A última indagação feita aos professores teve o intuito de confrontar todas as respostas até o momento, pois teriam que explicar o objetivo da educação para ele. Assim seria possível compreender se este visa em seu trabalho com os alunos uma formação para a autonomia ou para a submissão.

Em uma compreensão geral dos professores, foi possível identificar duas questões apontadas pelas professoras: a primeira de promover o conhecimento científico, isto é, os conteúdos, e em segundo o de formar cidadãos críticos que possam ser atuantes na sociedade. Isso pode ser verificado nos trechos a seguir extraídos das falas dos professores, quando responderam a seguinte indagação:

### **O que você entende como objetivo final da educação?**

*P1: O objetivo da educação é promover o conhecimento e sua troca, [...]. Promover um conhecimento funcional e científico, onde o educando possa utilizar em seu cotidiano.*

*P2: O objetivo final é a aprendizagem dos conteúdos, [...] ser um cidadão crítico onde possa exercer seu pensamento como um cidadão atuante na sociedade.*



*P3: [...] consigamos passar não só conteúdos, mas o mais importante formar indivíduos críticos e independentes para interagirem em sociedade.*

*P4: [...] possa agir em sociedade, ir além dos conteúdos.*

*P5: [...] realização do indivíduo como pessoa humana que ultrapassa o conhecimento e constantemente aumenta suas experiências.*

*P6: Dar instrumentos para que o aluno possa ser cada vez mais autônomo em seu processo de aprendizagem, possa desenvolver o aprender a aprender e assim atuar criticamente na sociedade.*

Para tanto, a autoridade permitiria ao professor uma atuação que visa o desenvolvimento de seus alunos, numa perspectiva objetiva que levaria o aluno a autonomia, isto é, ao amadurecimento do entendimento da realidade vivenciada pelos alunos, no intuito da tomada de consciência e não a conformidade e submissão. Isto implica educar para a autonomia. Nesse sentido Oliveira (2005, p. 87) afirma:

Quando se fala em educar em função de um mundo pré-estabelecido, não significa a defesa da reprodução dos valores e hábitos das camadas favorecidas da sociedade. Significa, sim, ajudar nossos alunos a adquirirem habilidades, valores e discernimento para conviver em uma sociedade competitiva e desigual, cumprindo seus deveres e, sobretudo, lutando pelos seus direitos de cidadão, enquanto classe social, a fim de melhorar as condições de vida das camadas populares. Mas, para que se exerça no mundo uma ação transformadora, a tomada de consciência é, portanto, condição necessária.

Assim, compreende-se a importância de se estabelecer a autoridade docente na formação do aluno, a necessidade de fazer compreender os seus direitos e deveres, enquanto indivíduo pertencente a uma sociedade. Mostra-se também fundamental a participação deste nas regras e nas decisões, para fazer sentido em cumpri-las, e questionar quando não as compreende como sendo justo. Neste sentido, os dados apontam para repensar os conceitos que se tem sobre indisciplina e disciplina no contexto escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas discussões e informações adquiridas por meio da pesquisa de campo deste trabalho mostraram algumas considerações a cerca da crise da autoridade docente, quando pensamos a indisciplina como uma das causas. É claro que generalizações não podem ser feitas, pois os professores apresentam personalidades distintas, mas foi possível compreender algumas de suas ações como um fator, que muitas vezes, determina a ação do aluno.

Como já foi apontado neste trabalho, uma boa relação entre professor e aluno mostra-se fundamental para que se estabeleça a disciplina em sala de aula, sendo esta importante para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem. Coloca-se em primeiro lugar a autonomia desse aluno, pois só assim este conseguirá se formar um sujeito consciente e atuante na sociedade.

Diante de todas as análises das respostas dos professores foi possível identificar alguns rótulos que permanecem ainda na educação, como por exemplo, “a falta de limites, desrespeito às regras, falta de respeito, a não apropriação dos conteúdos, descomprometimento com os estudos e também da família, salas cheias”, dentre outros. Todos estes rótulos destinados ao aluno confirmam o que Aquino (1998a) aponta, ou seja, que o sucesso do aluno é sempre devido ao bom professor e a boa equipe pedagógica que este possui, já o fracasso é somente culpa do aluno ou de sua família, sempre afirmado como um problema fora das ações pedagógicas. Assim, o professor deve considerar que seus alunos são distintos e apresentam comportamentos e características de aprendizagem também distintas. Nesse sentido, faz-se necessário o professor repensar algumas de suas afirmações, superando essa visão reducionista decorrente de todos esses rótulos, para realizar um trabalho pedagógico que venha atender a todos os alunos, e não trabalhar esperando o aluno ideal, e a sala homogênea, como elucida Lajonquiére (1996, p. 36), “[...] há que aprender a desistir um pouco da exigência louca de querer reencontrar no aluno real a criança ideal [...]”.

Os dados levantados a partir das respostas dos professores provocaram reflexões quanto à diferença entre ter autoridade e ser autoritário, pois essa questão tão discutida no referencial teórico não se mostrou explicitamente na

fala dos professores. Somente um fez referência a isto quando explicou sua autoridade dentro de sala de aula, sendo o intuito dessa pergunta justamente identificar se os professores agem ou não de forma autoritária. E se agem, como isso reflete em seu aluno. Essa questão ficou com um ponto de interrogação, pois não atingiu as expectativas, mas foi possível perceber que os professores reconhecem a importância do respeito ao aluno, sabendo que ele obterá respeito por parte dos alunos se os respeitar, sendo a afetividade reconhecida como fundamental para uma relação tranqüila entre professor e aluno.

Como a pesquisa foi realizada em uma escola de pequeno porte, poucos professores foram entrevistados, portanto, este aspecto impediu uma análise mais detalhada acerca da questão da identificação do tipo de ação do professor em sala de aula, se age ou não de forma autoritária. Fica como sugestões para futuras pesquisas ampliar a amostra para esta questão, lembrando que as respostas permitiram analisar e discutir outras questões relevantes.

Outro fator relevante da pesquisa foi a indagação: como o professor identifica sua participação na indisciplina do aluno? As respostas indicaram que cabe ao professor refletir sobre suas ações desde questões de planejamento, metodologia, até a falta de motivação pela profissão e por determinados alunos, pois estes reconhecem que todos estes fatores interferem na disciplina dos alunos. Desse modo, compreende-se que o professor possui responsabilidades quanto às dificuldades que os alunos apresentam, principalmente se estas forem o caso a maioria da classe. Resumindo, o comportamento do professor tem uma relação direta com o do aluno, e se estes organizam inadequadamente seu trabalho pedagógico, isto pode vir a provocar indisciplina ou outras alterações de comportamento, refletindo no desempenho escolar. Claro que não se pode generalizar.

Para (não) concluir ressaltamos a importância da superação dos rótulos presentes no âmbito da educação, principalmente os que se referem aos alunos, pois cada um possui uma história de vida diferente, assim como características distintas. Se estes rótulos forem cada vez mais afirmados pela professora, passarão a ter mais força e se tornarão algo da crença do próprio professor, determinando suas ações e atitudes em direção ao aluno, em que frases como: o aluno não tem disciplina em sala de aula, porque ele não tem limites em casa, isenta o professor de sua função de ensinar, independente das condições e

diferenças do aluno. Este tipo de rótulos pode-se dizer que se tornou “comum” nas palavras de muitos educadores, sendo necessário superá-las. Isso seria o ponto inicial para melhorar a relação professor e aluno e o diálogo entre a família e a escola. Sabe-se que discussões entre família e escola são pontos que merecem ser repensadas e o ponto inicial é o diálogo.

Contudo, o estudo deste trabalho permitiu compreender a importância de uma boa relação entre professor e aluno para que se estabeleça a autoridade do professor, e, nesse sentido, acredita-se que é possível melhorar muitas questões que envolvem a indisciplina. O aluno que possui problemas de aprendizagem e é estimulado pelo professor, com reforços positivos, isto é, elogios, situações de apoio e de incentivo, entre outros, terá mais facilidade em aprender e se desenvolver junto com os demais alunos, evitando assim, a exclusão destes dentro de sala de aula. Dessa forma não haverá, possivelmente, entre os alunos, a indisciplina como forma de chamar a atenção.

A realização deste trabalho proporcionou uma compreensão sobre duas formas de ação do professor em relação ao seu aluno: ter autoridade e ser autoritário. O professor deve ter claro que são duas posturas totalmente diferentes, e levam os alunos a terem também comportamentos distintos, e deve-se ter em mente qual o aluno pretende-se formar. Nesse sentido, não cabe dizer que o objetivo da educação é formar indivíduos críticos e autônomos, se a postura dos professores não visarem isso. Finalizando, esta pesquisa acrescentou significativamente na minha formação pedagógica e de futura docente, pois me levou a refletir sobre futuras ações que terei em sala de aula. O propósito é que auxilie outros também.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_. A indisciplina e a escola atual. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-204, jul. 1998a. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-25551998000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200011)>. Acesso em: 10 out. 2008.

\_\_\_\_\_. A violência escolar e a crise de autoridade docente. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 19, n. 47, p. 7-19, dez. 1998b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000400002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000400002)>. Acesso em: 10 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: \_\_\_\_\_. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Sammus, 1996. p. 39-54.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. Moralidade e indisciplina: uma leitura possível a partir do referencial piagetiano. In: AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Sammus, 1996. p. 103-115.

BRANCO, Lisandre Maria Castello. **O desenvolvimento da moralidade na teoria de Jean Piaget**. São Paulo: FDE, 1994.

BECKER, Fernando; FRANCO, Sergio (Org.). **Revisitando Piaget**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

CARVALHO, Carvalho Diana. **A psicologia frente à educação e o trabalho docente**. Maringá. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000100008&script=sci_arttext). Acesso em 28 de maio 2009

D'ANTOLA, Arlette. Disciplina democrática na escola. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989. p. 49-59.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FURLANI, Lúcia Teixeira. **Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GUIMARÃES, M. Áurea. **Indisciplina e violência: a ambigüidade dos conflitos na escola**. In: AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Sammus, 1996. p. 73 -82.

GUIMARÃES, Sueli Édi Rufini; BORUCHOVITCH, Evely. O estilo motivacional do professor e a motivação intrínseca dos estudantes: uma perspectiva da teoria da autodeterminação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722004000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000200002)>. Acesso em: 23 maio 2009.

GUZZONI, Margarida Abreu. **A autoridade na relação educativa**. São Paulo: Annablume, 1995.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KULLOK, Maísa Gomes Brandão. Relação professor-aluno no contexto ensino-aprendizagem as exigências na atualidade. In: \_\_\_\_\_. **Relação professor-aluno: contribuições à prática pedagógica**. Maceió: Edufal, 2002. p. 9-23.

LA TAILLE, Yves. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Sammus, 1996. p. 9-23.

LAJONQUIÉRE, Leandro. A criança, “sua” (in) disciplina e a psicanálise. In: AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Sammus, 1996. p. 25-37.

MACEDO, Lino de. **Ensaio construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

NOVAIS, Elaine Lopes. É possível ter autoridade em sala de aula sem ser autoritário? **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 7, n. 1, p. 15-51, jan./jul. 2004. Disponível em: <[http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v7n1/C\\_Elaine2.pdf](http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v7n1/C_Elaine2.pdf)>. Acesso em: 3 fev. 2009.

OLIVEIRA, Maria Izete. **Indisciplina escolar: determinantes, conseqüências e ações**. Brasília: Líber Livro, 2005.

PASSOS, Laurizete Ferragut. A indisciplina e o cotidiano escolar: novas abordagens, novos significados. In: AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Sammus, 1996. p. 117-128.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

\_\_\_\_\_. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1932.

ROURE, Susie Amâncio Gonçalves. Concepções de indisciplina escolar e limites do psicologismo na educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO-ANPED, 24., 2001, Caxambu. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/T2098105538439.doc>>. Acesso em: 22 jan. 2009.

SCHMIDT, Leide Mara; RIBAS, Marina Holzmann; CARVALHO, Marlene de Araújo. A disciplina na sala de aula: educação ou repressão. In: D' ANTOLA, Arlette (Org.). **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989. p. 29-40.

SILVA, Roza Maria Santos. A importância da afetividade na relação professor-aluno. In: KULLOK, Maísa Gomes Brandão. **Relação professor-aluno: contribuições à prática pedagógica**. Maceió: Edufal, 2002. p. 51-74.

VIANNA, Ilca Almeida de Oliveira. A disciplina participativa na escola: um desafio a todos os brasileiros. In: D' ANTOLA, Arlette (org). **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo, EPU, 1989. p.13-28.

WADSWORTH, J. Barry. **A inteligência e a afetividade da criança na teoria de Jean Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1997.

## APÊNDICE



Apêndice A - Roteiro da entrevista com os professores:

**Identificação:**

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação: \_\_\_\_\_

Série de atuação: \_\_\_\_\_

O que você entende por indisciplina?

---

---

---

---

---

O que você entende por disciplina?

---

---

---

---

---

Como identifica a participação do professor na indisciplina de seu aluno?

---

---

---

---

---

Fale sobre o seu entendimento da relação professor / aluno?

---

---

---

---

---

Explique sua autoridade dentro de sala de aula?

---

---

---

---

---

O que você entende como objetivo final da educação?

---

---

---

---

---

